

O sexual no corpo da língua

Paulo Sérgio de Souza Jr.^a

Resumo

No fragmento 19 dos Manuscritos de Harvard, Ferdinand de Saussure afirma que a diferença, uma vez que admite graus, consiste num termo incômodo. Nesse sentido, semelhança e diferença encontram-se emaranhadas uma à outra, confundindo os seus matizes e não escapando do fato de que, embora pareça inevitável perceber a possibilidade do discernível, também é custoso saber, estruturalmente, entre que elementos será preciso distinguir, e em que termos. Se a anatomia como destino (FREUD, 1912; 1924) se mostra mais matizada do que se gostaria – também ela admitindo seus graus –, tampouco se consegue negar categoricamente a suspeita de que as diferenças que aí se reconhecem são, antes mesmo, instituídas por uma nomeação; uma nomeação que, uma vez posta, marca os limites dos seus domínios muito mais do que simplesmente os reconhece. Se a diferença anatômica não mitiga a impossibilidade derradeira de conjugação entre os seres falantes, como pensar o trânsito/tradução entre os corpos (suas mútuas tentativas de acesso) e onde situar as diferenças que lhes cabem? Para elaborar uma resposta, este trabalho parte da hipótese de que convém desenvolver a reflexão acerca da diferença sexual alguns palmos acima da linha da cintura, recorrendo a outro órgão, a única entranha que o corpo humano deixa à vista; uma víscera que, não por acaso, curto-circuitando o dentro e o fora do corpo que ela habita, se consagra na talvez mais célebre – e também prosaica – das catacrese: a língua.

Palavras-chave: língua; tradução; gênero; psicanálise.

Recebido em: 21/02/2019

Aceito em: 03/07/2019

^a Linguista e tradutor, exerce a psicanálise na cidade de São Paulo. E-mail: contra_sujeito@yahoo.com.br.

O estilo é a língua bem compreendida,
a pontuação é o estilo bem compreendido.

George Sand (1873, p. 91)

Rezam os etimologistas que o vocábulo *anatomia*, do baixo latim, havia seguido seu curso na história a partir do grego *ἀνατομή* (*anatomē*), “dissecção” – seu verbo correspondente, *ἀνατέμνω* (*anatémnō*), significando o ato de “cortar em pedaços”. A partir daí, então, em diversas línguas modernas o termo viria denotar i) a arte de dissecar, mas também ii) o próprio corpo dissecado (a peça de anatomia); iii) a ciência que se dedica ao estudo da estrutura e da morfologia dos seres vivos – o humano, em especial –; iv) e, ainda, em seu sentido dito “figurado”, “estendido”, qualquer investigação que se realize de maneira metódica (SERÇA, 2015). Em sua órbita polissêmica, portanto, a anatomia é: i) uma *prática da diferença no corpo*; ii) o resultado, no *corpo*, de uma *prática com a diferença*; iii) um *corpo de práticas com a diferença*; iv) e um exercício de reconhecimento da *diferença* que se divisou, primeiramente, numa *prática com o corpo* – entendido como algo fragmentável, e fragmentável justamente nos interstícios onde brota a *diferença*. Mas nem tudo são flores...

No fragmento 19 dos *Manuscritos de Harvard*, veremos Saussure abrindo mão de qualquer sossego ao afirmar que a diferença – que muito se quis como *uma* garantia sólida – consiste num “termo incômodo”, uma vez que ela “admite graus”. E agora, o que fazer? Afinal, no campo da linguagem, semelhança e diferença encontram-se emaranhadas uma à outra, confundindo as suas nuances e não escapando ao fato – um tanto ansiogênico, bem se sabe – de que, embora pareça inevitável perceber a possibilidade do discernível, também é custoso saber, estruturalmente, entre que elementos será preciso distinguir, e em que termos.

Ora, se a anatomia como *termo* (vocábulo ou fim) se mostra mais matizada do que se gostaria – também ela admitindo seus graus (pensemos no espectro dos casos de ambiguidade genital, por exemplo) –, tampouco se consegue negar categoricamente a suspeita de que as diferenças que se reconhecem no corpo (suas *secções*) são, antes mesmo, *designadas* por uma nomeação: nomeação que, uma vez disparada por um sujeito – e acolhida

por alguns outros (AMBRA, 2017) –, *imprimirá*, na prática, os primeiros limites dos seus domínios; e, com isso, abalizará tanto aquilo que vai ser inscrito de uma certa maneira quanto o que, por sua vez, ficará à margem. Testemunha disso é o verbo *diferir*, que denota não só “distinguir”, mas também “prolongar” e, ao mesmo tempo, “deixar pra depois”.

Se essas significações antitéticas de uma palavra nada primitiva recolocam um problema sempre atual, é porque as diferenças – carregadas de sentido e produzindo um *corpo anatomizado* – instalam limites dinâmicos e desproporcionais não apenas no interior do próprio corpo, mas sobretudo no comércio entre os corpos, assombrados por uma busca mítica de complementaridade no outro daquilo que não conseguem encontrar em si mesmos – lembremos que o mito do surgimento dos sexos narrado por Aristófanes, n’*O banquete* de Platão, diz que um *corpo seccionado* é, justamente, um *corpo sexuado*. Isso posto, como então pensar o trânsito (as mútuas tentativas de acesso, os *intercursos*) entre esses corpos seccionados/sexuados que, ainda por cima, *falam*?

Para ensaiar uma resposta, parto aqui da hipótese de que convém desenvolver a reflexão acerca da diferença sexual alguns palmos acima da linha da cintura, trazendo à baila outro órgão, a única entranha que o corpo humano deixa à vista. Falemos então de uma víscera¹ que, não por acaso, curto-circuitando o dentro e o fora do organismo que ela habita, se consagra em português na talvez mais célebre e mais banal das catacreses, passando inclusive despercebida como tal: a saber, *a língua*.

Do grego *κατάχρησις* (*katáchrēsis*), a catacrese significava, no contexto da retórica e das figuras de linguagem, o emprego de uma expressão considerada *imprópria*. Em latim se dizia *abusio*, um “ab-uso”, um uso desviante que viria para suprir, num ato de nomeação, a inexistência de uma palavra específica. Inferre-se, então, que seria possível distinguir qual coisa nomeada teria vindo antes e emprestado, num segundo momento, sua imagem acústica àquela que a sucedeu. E com isso também se supõe que, no caso do termo *língua*, seríamos igualmente capazes de apontar qual órgão teria sido nomeado primeiro: o órgão da *φύσις* (*phýsis*), ínsito, por assim dizer (porção de carne espreada no trato vocal e *com* o qual uma determinada espécie, a nossa, se arvorou privilegiadamente

¹ Cumpre notar que a ideia de “víscera”, podendo ser circunscrita de maneiras diversas (DI DIO, 1948, passim), mostra-se um tanto quanto nebulosa, embora sua serventia pareça, em igual medida, pouco questionável – aproximando-se, assim, da ideia de “palavra” (BENVENISTE, 1962/1976, p. 131).

a falar), ou o órgão do νόμος (*nómos*), aquele que advém com o uso, o costume, e no qual a função da fala se confirma e se conforma – o “órgão formador do pensamento”, como dizia W. von Humboldt (1836, p. 50).

Contudo, resta saber se, em se tratando da língua, essa cronologia é possível. Afinal, se, por um lado, a preexistência histórica do corpo naturante em relação à linguagem poderia fazer acreditar que foi precisamente o surgimento da linguagem o que permitiu, na esfera de várias línguas, nomear a si mesmas, enquanto idiomas, da mesma forma que haviam nomeado primeiramente a víscera; por outro, nós nos deparamos com uma circularidade tão logo notamos que não se dá nome a algo antes de haver uma língua com a qual se possa nomear.

Assim, embora possamos supor que todo nome tenha surgido como *nome próprio* – ou, conforme a tradição gramatical árabe, ao pé da letra, “nome-bandeira”: اسم علم (*ism ‘alam*) –, o próprio ato de nomeação carrega em si uma impropriedade; afinal, nesse terreno da dêixis, puro ato de sinalização, encontramos um gesto em direção a um objeto que se deixa, quando muito, apontar, mas que se afasta à menor tentativa de toque e de completa circunscrição, expropriando-se, de modo que o objeto está desde sempre perdido. Isso significa, no mínimo, asseverar que *não há Outro da língua*, pois a língua mesma é sempre Outra; e que enunciar o sintagma “língua estrangeira”, por exemplo, é um pleonasma – uma vez que *toda língua é heterogênea/estranha/alheia àquilo que nela se faz nome*.

Dito isso, toda língua é, por princípio, uma impropriedade e, no sentido estendido do termo, uma constelação de catacreses: quando uma coisa não tem nome e o nome de algo que *se entende como similar* lhe é estendido – como dizia Quintiliano (*Institutio Oratoria*, 8.6.35) –, isto é, quando se comete *abusio* em *generalizar* uma designação; em situá-la numa *constelação genérica*. Contudo, ao definir *abusio*, o gramático também diz que o uso desviante deve ser diferenciado da utilização de um nome *que existe* no lugar de outro também existente: nesse caso se estaria nos domínios da *translatio*, que, em grego, se dizia μεταφορά (*metaforá*) – transporte e, por que não?, transferência. Logo: se a língua *se institui* no abuso (do nada para o nome), é na tradução que ela *se pratica* (de um nome a outro, de uns

aos outros) – prática de fala e escrita, mas também prática de escuta e leitura.

Ao falarmos aqui em *língua*, portanto, falamos dessa língua que existia antes de nós, em permanente mudança, e que nos foi transferida de outros que, por sua vez, a receberam de outros outros. Língua com a qual fomos investidos, que nos deu voz e nos ensinou, na marra, a investir de uma determinada maneira o corpo de que dispomos, conferindo-nos a chance de ocupá-lo, à medida que o carregou com os *gestos* da fala e com as *bordas* que eles desenham (com os sentidos e extrassensos que eles recortam).² Língua que corrompe os objetos e que, enquanto falada, nos fala – é dar com ela nos dentes e está dito e feito (ela nos denuncia e morremos pela boca) –; mas também língua afiada, que profana a si mesma (na infâmia do erro, no prestígio da poesia) e rompe o silêncio que, desde cedo, ela aprende a violar.

De igual maneira, foi também na língua que se pôde reconhecer o próprio objeto de retaliação às transgressões do que, por alguma razão, se quis silenciar. Como, por exemplo, durante a Reforma Protestante (século XVI) – no âmbito de torturas que se destinavam a calar sobretudo as mulheres –, quando algozes “preparavam dois ferros pequenos, entre os quais era parafusada a língua, que, perdendo a sensibilidade na ponta, incharia a ponto de ficar imóvel e incapaz de ser puxada de volta” (BRANDT *apud* COURTENAY, 1916, p. 137). Ou como na Alemanha, na Espanha e na Itália, onde se relatou a prática de punir o infrator trespassando sua língua com uma haste de ferro incandescente (PORTAL, 1770, p. 310-311).

Entre as tentativas de diálogo e as ofensivas que, em todas as épocas, buscaram entravá-lo (mais ou menos literalmente), o corpo da língua parece ter estado frequentemente em cena. Se *intercurso* é justamente um termo que carrega em si tanto o sentido de comunicação quanto o de relação sexual, talvez não seja por menos a gravidez, em muitas culturas, da presença da língua no beijo, que entrelaça; ou a potência, na ordem da separação, da língua estirada para fora da boca, sozinha e exibida para o outro, constituindo um deboche (para o adulto) ou uma ofensa considerável (para a criança). É com a noção de *intercurso* voltamos a encontrar a *translatio* de que falava Quintiliano: a metáfora-tradução, a transa entre os termos disso que se pretende uma relação ou, a bem dizer,

² “[A] evolução nos fez os únicos primatas capazes de ouvir gestos que podem, de maneiras várias, apontar para outros gestos, inaudíveis mas preñes de significação” (ALBANO, 2001, p. 179).

um *contraponto* (como se diz, em música, quando se sobrepõe uma melodia a outra).

Se toda língua, como constelação de catacrezes, se institui no abuso, é no intercurso que toda língua se vai praticar. É no diálogo, portanto, que a língua do outro pode fazer-se nossa e, com isso, fazer algo conosco, marcando ali não só uma discrepância entre o si e o si mesmo (afinal, o falante pode, para além do espelho, tomar-se em terceira pessoa), como também posicionando o humano, *sujeito* a isso, nas constelações de semelhanças possíveis com outros elementos, nomeados e agrupados antes dele conforme a presença ou a ausência de *caracteres* aos quais, ao longo da história, se atribuiu sentido; e por meio dos quais ele é *lido*, por vezes imediatamente. Ora, quando do nascimento – ou, com o avanço da técnica, antes mesmo disso –, *o sujeito a ser*, dotado de seus caracteres, é, antes de mais nada, *sujeito a ser lido*; e contra essa leitura, num primeiro momento, nada pode fazer. Chamemos essas constelações de letras, com base nas quais o sujeito é lido e posicionado, de *gêneros*.

“Gêneros”, no plural, porque vários. Do ponto de vista mais geral, agrupados na constelação daqueles que falam, por exemplo, nós (do *gênero humano*) nos vemos capazes de construir o mundo à imagem das nossas semelhanças. Se a catacrese, uso desviante, será responsável pela nomeação extensiva, não é por menos que a generalização do corpo próprio encontrará aí um solo fértil: na “cabeça do prego” ou no “pé da letra” é o corpo humano que, fragmentado, acha por onde se prolongar.³ E os gêneros, assim, chegam também às palavras.

Porém, que os gêneros gramaticais se possam confundir com o *masculino* e o *feminino* não é algo que nós, falantes de português brasileiro, devêssemos naturalizar – embora, invariavelmente, o façamos; e embora, de fato, eles sejam capazes de infestar o imaginário de todo e qualquer falante (JAKOBSON, 2008/1959; LAKOFF, 1987). Não deveria ser preciso esperar, por exemplo, certa curiosidade pelo alemão (em que “senhorita”, *Fräulein*, é do *gênero neutro*) ou pelo russo (em que “homem”, *мужчина* [*muzhchína*], embora substantivo masculino, constitui-se morfologicamente e é declinado conforme o paradigma do feminino) para que pudéssemos refletir que “bolso” não é exatamente mais masculino que “bolsa”. Os exemplos aqui são numerosos. Em todo caso,

³ Exemplar disso é o ↑(gê) mandarim, que, sobretudo utilizado como classificador para pessoas, é facilmente replicado para vocábulos de outros gêneros, especialmente em situações informais.

sequer deveríamos naturalizar a noção de gênero gramatical como estando vinculada à clássica bipartição entre masculino e feminino, o que nos mostram não só os próprios alemão e russo (com seus gêneros neutros) ou o romeno (com seu neutro, que é uma mescla peculiar entre o masculino e o feminino), mas também as línguas chinesas e diversas línguas ameríndias – idiomas nos quais os gêneros muitas vezes se agrupam em torno de características como a forma e a função.

O que está em jogo, então, na lida com essa *anatomia da língua* é que esses elementos disponíveis, no corpo e na linguagem, fringindo no caldeirão da história, sedimentam-se em diferentes possibilidades de recorte e dão azo, é claro, ao imaginário. E que, no entanto, a partir do momento em que estão dotados de um sentido – saindo do puro império das catacreses e ganhando o mundo da metáfora –, entendê-los como destino (termo, fim, meta) depende de como se divisa a função do sujeito como aquele que é lido ou que se faz, às vezes, capaz de escrever: como quem *pontua* o que, a seu despeito, está escrito.

Com os corpos e seus caracteres, então, assim como com a escrita (pensada justamente como um conjunto de caracteres), pode-se ter ao menos duas posturas exemplares. A primeira, digamos, seria cair no que se chama de “fatalismo árabe”, o famigerado *مكتوب* (*maktub*, “já estava escrito”); ou ainda, com relação aos caracteres, querer ser não apenas normativo, mas também universalista – pensemos na “Característica Universal” de um Leibniz (GAUFEY, 2001, p. 63). Nessa linha, por exemplo, sabe-se que Didot, exemplar do pensamento tipográfico novecentista, pontuava igualmente todos os textos que ficavam sob a sua responsabilidade, como que retomando a conclusão de Beauzée (1765, p. 24) no verbete “Pontuação” da grande *Encyclopédia* de Diderot e D’Alembert: “seria desejável que, em seja qual for a língua em que estivessem escritos os livros que se imprimem hoje, os editores introduzissem o sistema de Pontuação que é utilizado em nossas línguas vivas da Europa”.

Em abril de 1876, ainda nesse sentido, no número 137 do *L’Imprimerie* (*apud* LORENCEAU, 1980, p. 52), um periódico francês dedicado à tipografia e à litografia, o editorial afirmava que “a pontuação é a anatomia da linguagem ou do pensamento”, e que “pontuar é dissecar as frases”. Assim,

baseada na lógica, ela seria universal: válida, portanto, “para os idiomas de todos os tempos e de todos os países, aplicando-se, sem nenhuma diferença, ao grego, ao latim, ao italiano, ao espanhol, ao inglês, ao alemão e ao francês”.

Os tipógrafos [que escreveram o referido editorial] podem certamente ter em vista o sentido figurado, e então pensamos no que a tradição escolar chamava de “análise lógica” da frase; mas pensamos sobretudo na autópsia, nas pranchas de anatomia, nessas representações de *écorchés*, que dão a ver a estrutura interior de um corpo – de um corpo *morto*. (SERÇA, 2015, s/p.)

Definitivamente não é de corpos mortos que falamos aqui, assim como é de línguas vivas que se trata. E se “a vida espreita nos interstícios”, como diz Whitehead (1978/1929, p. 105) – autor, com Russell, do afamado *Principia mathematica* –, não seria por menos que Sand (1873, p. 96) diria, despertando uma reação austera dos tipógrafos da sua época, que “a pontuação é uma questão de tato” cujas “nuances não são da alçada dos revisores”.

George Sand – pseudônimo enigmático de Amantine-Lucile-Aurore Dupin (SAND, 1856, p. 45) – defende, na dimensão dos caracteres, a possibilidade de uma pontuação (logo, de uma anatomia da linguagem, segundo os tipógrafos) que acompanhe a fantasia e o tateio, aberta ao desejo daquele que escreve e que, como ela, queira fazer-se ler; fazer-se ler de uma certa maneira. E o que sua própria circulação pública, enquanto *cross-dresser*, era capaz de apontar, na primeira metade do século XIX, era que a experiência com o corpo próprio e o corpo do outro, no nível dos seus diversos caracteres, é culturalmente *pontuada* – de modo que o corpo, tal como o texto, pode se mostrar diversamente pontuado em diferentes civilizações, línguas e épocas –, mas é também *pontuável*: nos mais diversos sentidos do termo, era no masculino que Sand, tida como a primeira mulher que viveu de seus próprios direitos autorais, *se fazia ler* (SAND, 1856, p. 5).

Uma vez dados os elementos na qualidade de *marca*, nem por isso eles se veem impedidos de uma pontuação ao sabor da fantasia do falante, fazendo uma costura capaz de dar suporte ao seu desejo e, assim, lançar o dado para, na contingência, abrir-se à possibilidade de encontros e altercações: os ditos intercursos entre os corpos, *sempre* im-prováveis – no sentido

de algo que não se pode provar.⁴ O compositor Frédéric Chopin, por exemplo, durante praticamente toda a sua estada em Paris, manteve um relacionamento com George Sand, constituindo um “contraponto literário-musical, político e de gênero” (WISNIK, 2013, p. 19).

Por fim, os intercursos colocam em cena uma dimensão de uma política dos traços, dos caracteres que, com a psicanálise, pode-se pensar como uma “poli-tíkhē” – a política como uma gestão dos múltiplos acasos, cada um com o seu destino (τύχη), que, do grego ao alemão, se traduz como *Schicksal*. Não por acaso, a afirmação napoleônica de que “a política é o destino” é justamente aquilo que Freud diz parafrasear ao fazer a famigerada asserção de que “a anatomia é o destino” [*die Anatomie ist das Schicksal*] – formulação que aparece por escrito em dois momentos da obra freudiana: “Sobre a mais comum depreciação da vida amorosa” (FREUD, 1970a/1912, p. 209) e “A dissolução do complexo de Édipo” (FREUD, 1970b/1924, p. 249). O contexto daquela afirmação que Freud tomou de empréstimo, no entanto, parece ser fundamental (MOI, 2001, p. 374-377).

O ano é 1808. Mais especificamente, setembro. Napoleão e Goethe encontram-se em Weimar. O assunto: teatro. Mais especificamente, os melodramas góticos, populares no final do século XVIII, ditos “peças de destino” (*Schicksalsstücke*) (GOETHE, 1952/1908, p. 1416). Segundo Goethe, em suas anotações sobre a conversa, Napoleão desaprova esse tipo de peça por completo, pois pertenceriam a tempos obscuros: “O que é que se vai querer agora com o destino?”, pergunta ele. Ao que ele próprio sucede: “A política é o destino”.

“Destino”, termo incômodo! Seja no melodrama gótico ou na tragédia clássica, gostaria então de trazer aqui a pergunta: acaso não seria melhor – para conduzir a discussão a respeito da anatomia *a partir* da experiência psicanalítica, isto é, a partir de *uma determinada experiência com a linguagem* – pensar noutro termo para traduzir o Freud que traduzia Goethe que traduzia Napoleão que, como mostra a história, não traduzia ninguém que não reconhecesse as severas divisas do seu uniforme?

Se Freud (1975/1920, p. 248) diz que a *meta/propósito/finalidade* da vida é a morte, utilizando-se aí do termo *Ziel*, por que não pensar *Schicksal* – em que ecoa o verbo *schicken* (enviar) – não propriamente como destino ou fim, mas como

⁴ Em tempo: segundo Lacan (1971-72/2012), a relação sexual não existe justamente porque ela não se escreve.

a *sina* que se delinea ao longo do percurso; ou ainda, como no teatro, o *desfecho* que, ao pé da letra, é justo o contrário de um fechamento? Afinal, ainda que Freud se tenha debruçado sobre as origens, isso não o engessou no passado, uma vez que foi capaz de antever no mito e no primevo a possibilidade de pensar o presente da clínica à qual se dedicava e à teoria que dela se constituía.

Enquanto psicanalistas, não seria precisamente isto o que ensinamos: que, nas construções de um percurso analítico, a aposta transferencial seja capaz de fazer com que os fragmentos do que é primário se encontrem com um porvir que, a partir dali, se reconstrua? A clínica não passaria, então, de uma aposta nas rearticulações possíveis na experiência originária em prol de um devir menos estante de um sujeito em meio às suas circunstâncias, através da construção da capacidade de se haver com as suas marcas e de agir sobre elas.

Caracteres, marcas, divisas: limites com os quais se haver, mas também emblemas capazes de enviar, comunicar, remeter ao outro a história de quem os entalha e, com mais ou menos orgulho, os carrega em si. No corpo do texto ou no texto do corpo que se escreve para ser lido, portanto, a compulsoriedade de um endereçamento, de um envio, articula-se às contingências do estilo e daquilo que possibilitam as técnicas e os artifícios. Um estilo que, enquanto corte, também espreita nos interstícios, como a própria vida; um estilo que, embora se possa pensar resistindo à alteridade, é nela própria que se constitui. Lembremos, afinal, que Lotman (1999/1996, p. 58) chega a caracterizar o *tropo* (a figura de linguagem, a figura de estilo) como “mecanismo de edificação de certo conteúdo que não poderia ser construído dentro de uma língua só”, sendo que se trata de uma “figura nascida no ponto de inflexão de duas línguas”; e que Lacan (1992/1960-61, p. 310) chega a articular a ideia de tropo à de destino, ao dizer que o destino “é o tropo por excelência, o tropo dos tropos”.

E se Lacan (1998/1966, p. 9), traduzindo Buffon para o público que era o seu, disse que “o estilo é o homem a quem nos endereçamos”, Sand antecipou, um século antes, um adágio do qual Freud – então adolescente – ainda levaria um tempo para eventualmente poder tomar ciência; e que Lacan mesmo, ao que me consta, jamais chegou a comentar: “a pontuação

é ainda mais o homem que o estilo” (SAND, 1873, p. 92). Eis um adágio que talvez ganhássemos em recuperar; nós que traduzimos Lacan que traduziu Buffon, mas ainda temos certa dificuldade – é preciso admitir – em traduzir George Sand e tantos outros que, com a coragem da sua verdade, ousaram traduzir a si mesmos ao longo de suas próprias histórias.

REFERÊNCIAS

ALBANO, E. C. *O gesto e suas bordas*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

AMBRA, P. *Das fórmulas ao nome: bases para uma teoria da sexuação em Lacan*. 2017. 391 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2017. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-12012018-174515/pt-br.php. Acesso em: 17 out. 2019.

BEAUZÉE, N. Punctuation. In: DIDEROT, D.; D’ALEMBERT, J. le R.. *L’Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, v. 13. Neuchâtel: Samuel Faulche, 1765. p. 15-24. Disponível em: www.biodiversitylibrary.org/item/176491#page/23/mode/1up. Acesso em: 17 out. 2019.

BENVENISTE, É. Os níveis da análise linguística. In: *Problemas de linguística geral*. Trad. M. G. Novak; L. Neri. São Paulo: Ed. Nacional / EdUSP, 1976. p. 127-140 (Original publicado em 1962).

COURTENAY, C. *The empire of silence*. New York: Sturgis and Walton, 1916.

DI DIO, L. J. A. Generalidades sobre a esplancnologia. Conceito de víscera. *Revista de medicina*, São Paulo, v. 32, n. 173-176. p. 187-198, mai.-ago. 1948. Disponível em: www.revistas.usp.br/revistadc/article/viewFile/57587/60643. Acesso em: 17 out. 2019

FREUD, S. Über die allgemeinste Erniedrigung des Liebeslebens (Beiträge zur Psychologie des Liebeslebens II). In: *Studienausgabe*, v. V. Frankfurt am Main: Fischer, 1970. p. 197-209. (Original publicado em 1912).

FREUD, S. Der Untergang des Ödipuskomplexes. In: *Studienausgabe*, v. V. Frankfurt am Main: Fischer, 1970. p. 243-251. (Original publicado em 1924).

_____. Jenseits des Lustprinzips. In: *Studienausgabe*, v. III. Frankfurt am Main: Fischer, 1975. p. 213-272. (Original publicado em 1920).

GOETHE, J. W. von. Unterredung mit Napoleon. In: *Goethes poetische Werke*, v. 8. Stuttgart: Cotta, 1952. p. 1417-1421. (Original publicado em 1808).

HUMBOLDT, W. von. *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts*. Berlin: Dümmler, 1836.

JAKOBSON, R. Aspectos linguísticos da tradução. In: *Linguística e comunicação*. Trad. I. Blikstein; J. P. Paes. São Paulo: Cultrix, 2008. p. 63-72. (Original publicado em 1959).

LACAN, J. *O seminário*, livro 8: A transferência [1960-61]. Trad. D. D. Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. Abertura desta coletânea. In: *Escritos*. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 9-11. (Original publicado em 1966).

_____. *O seminário*, livro 19: ...ou pior [1971-72]. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LE GAUFEY, G. *A incompletude do simbólico*. Trad. P. S. Souza Jr. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. (Original publicado em 2001).

LORENCEAU, A. La ponctuation au XIX^e siècle. *Langue française*, Paris, n. 45. p. 50-59, fev. 1980. Disponível em: www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1980_num_45_1_5263. Acesso em: 17 out. 2019.

LOTMAN, Y. M. *Внутри мыслящих миров: человек — текст — семиосфера — история*. Москва: Языки русской культуры, 1996.

MOI, T. Is anatomy destiny? Freud and biological determinism. *In: What is a Woman? – and other essays*. New York: Oxford University Press, 2001. p. 71-92.

PLATÃO. O banquete. Trad. J. Cavalcante de Souza. São Paulo: Editora 34, 2016. [Original escrito por volta de 380 a.C.]

PORTAL, A. *Histoire de l'anatomie et de la chirurgie*. Paris: P. Fr. Didot, 1770.

SAND, G. *Histoire de ma vie*, v. 1. Paris: M. Lévy, 1856.

_____. Lettre à Charles-Edmond. *In: Impressions et souvenirs*. Paris: Michel Levy Frères, 1873. p. 91-106.

SERÇA, I. La ponctuation est l'anatomie du langage. *Maylis de Kerangal. Littératures*, n. 72. p. 173-184, 2015.

WHITEHEAD, A. N. *Process and reality*, edição corrigida. New York: Free Press, 1978 [1929].

WISNIK, J. M. Chopin e os domínios do piano. *Teresa*, São Paulo, n. 12/13. p. 14-46, 2013. Disponível em: www.revistas.usp.br/teresa/article/view/98896. Acesso em: 17 out. 2019.

Abstract

The sexual throughout the body of the tongue

In Fragment 19 of the Harvard Manuscripts, Ferdinand de Saussure claims that difference, since it admits degrees, is an uncomfortable term. In this sense, similarity and difference are entangled, confusing their nuances; and there was no escaping the fact that, although it seems inevitable to perceive the possibility of the discernible, it is also costly to know, structurally, between what elements one will have to distinguish, and in what terms. If anatomy as destiny (FREUD, 1912; 1924) is more nuanced than one would like – since it also admits degrees –, neither can one categorically deny the suspicion that the recognized differences are rather instituted by giving a name; a name that, once given, marks the boundaries of its domains much more than simply recognizes them. If the anatomical difference does not mitigate the ultimate impossibility of conjugation between speaking beings, how to think of the transit/translation between bodies (their mutual attempts of access) and where to situate the differences that belong to them? In order to elaborate an answer, this work starts from this hypothesis that it is advisable to develop the reflection about sexual difference some spans above the waistline, resorting to another organ, the only “innard” that the human body leaves visible; a viscus that, not by chance, short-circuiting the inside and the outside of the body that it inhabits, is consecrated in the perhaps most celebrated – and also most prosaic – of the catachreses: the tongue.

Keywords: tongue; translation; gender; psychoanalysis.